

Diretoria da
**SOCIEDADE RURAL
 BRASILEIRA**

★

Presidente:

SALVIO PACHECO DE
ALMEIDA PRADO

★

Vice-Presidentes: Antônio Bento Ferraz, Oswaldo Leite Ribeiro, Philippe Siqueira Netto — 1º Secretário: Salvador de Toledo Artigas — 2º Secretário: Renato Ticoulat Filho — 3º Secretário: Roberto Diniz Junqueira — 1º Tesoureiro: Heitor Cezar de Camargo — 2º Tesoureiro: Francisco Figueiredo Barreto — 3º Tesoureiro: Lincoln de Andrade Junqueira — Departamento de Café: Linneu Carlos de Souza Dias — Departamento de Pecuária de Corte: José Telles de Menezes — Departamento de Pecuária de Leite: Luiz Fortunato Moreira Ferreira — Departamento de Algodão: Carlos Piza Figueira de Mello — Departamento de Avicultura: Antônio Carlos Corrêa — Departamento de Cereais: João de Almeida Sampaio — Departamento de Fruticultura: José Pires de Almeida — Departamento de Silvicultura: Roberto de Mello Alvarenga — Departamento de Atividades Diversas: Joaquim Ferraz do Amaral — Departamento de Serviço Social Rural: Arnaldo Moraes de Moraes — Departamento de Conservação do Solo: Gustavo Carraro — Departamento de Assistência Econômica: Mário Ribeiro Lima — Departamento do Serviço de Registro Genealógico das Raças de Origem Indiana: Mário Masagão — Conselho Superior: Adalberto do Amaral, Alcides Prudente Pavan, Alkindar Monteiro Junqueira, Antônio Bento Ferraz, Arnaldo Borba de Moraes, Carlos W. Kelly, Fábio Salles Meirelles, Philippe Rodrigues Siqueira Netto, Ismael Ferreira Coimbra, João de Almeida Sampaio, Luis de Toledo Piza Sobrinho, Luiz Fortunato Moreira Ferreira, Mário Masagão, Mário Ribeiro Lima, Nelson Ottoni de Rezende, Octávio Cintra Leite, Raul Diederichsen, Renato da Costa Lima, Renato Ticoulat Filho, Salvador de Toledo Artigas, Salvo Pacheco de Almeida Prado, — Suplentes: Dário Freire Meirelles, Gustavo Carraro, Heitor Cezar de Camargo, João Baptista de Freitas Montenegro, Luiz Pontes Bueno, Oscar Thompson Filho, Plínio de Oliveira Adams. — Presidentes Honorários: Robinson M. Alves de Lima, Luis de Toledo Piza Sobrinho, Renato da Costa Lima e Antônio de Queiroz Telles.

POLÍTICA CAFEIEIRA

O sr. Salvador de Toledo Artigas, diretor-secretário da Sociedade Rural Brasileira, apresentou, em recente reunião da entidade, um trabalho englobando sugestões para reformulação da política cafeeira, tendo em vista a próxima elaboração do esquema financeiro da safra 66-67.

Eis, na íntegra, o trabalho de s.s., que foi aprovado pela unanimidade do plenário daquela sessão:

«A caótica situação da nossa economia cafeeira, se em boa parte resulta de uma seqüência de administrações falhas e destituídas da necessária competência, notadamente quando se reiniciou a fase de superprodução, no todo a sua maior responsabilidade deve recair sobre os ombros dos homens que assumiram a direção dos negócios do café, após o evento de 31 de março de 1964.

Desde a direção do IBC até à presidência da República, com os vários Ministérios de permeio, verifica-se que, não obstante todos alimentarem os melhores propósitos e se acharem imbuídos dos mais patrióticos desígnios, os resultados verificados, ao fim de dois anos de gestão, são os mais desastrosos, confirmando lamentavelmente as nossas previsões, que aliás eram as mesmas de todos aqueles que, vinculados à produção e ao comércio do café, estavam capacitados a proceder ao exame criterioso da conjuntura interna e externa.

Infelizmente, outro não poderia ser o desfecho, pois faltavam ao corpo administrativo os necessários conhecimentos e a consciência nítida do problema, tão cheio de peculiaridades, por certo inacessíveis aos menos afeitos à vivência do assunto e simplesmente armados de boa intenção, que aliás se revestiu de uma exagerada confiança em seus méritos pessoais, a ponto de dispensarem o diálogo e a colaboração das entidades representativas ligadas ao café.

Hoje temos o problema do café transformando-se em um drama, que pode conquistar as características de histórico na vida econômica do País, se medidas acertadas não forem tomadas com a necessária brevidade, de forma a recompor a estrutura econômica da área produtiva e ajustá-la dentro do plano comum dos interesses nacionais.

A manutenção de elevada soma de erros e a sustentação caprichosa de dirigentes menos habilitados, evidenciam seus efeitos funestos com a recente safra, inflacionada ao máximo com a absorção de todos os detritos e cafés de péssima qualidade, e com a brutal redução da exportação do ano de 1965, não alcançando sequer a 13.500.000 de sacas, quando no quinquênio anterior à revolu-

ção de março de 1964 mantinhamos a média anual de 17.400.000 sacas.

Quando uma guerra é perdida, não faltam explicações para justificar a derrota, mas todas elas não reabilitam aqueles que, na sua ingênua presunção, aceitaram assumir encargos acima de suas limitações e da capacidade de prever e prover.

No caso do café, a explicação dada resume-se na cândida informação de que o mercado consumidor retraiu-se e que, apesar disso, o preço foi mantido em bases satisfatórias, tendo proporcionado renda em divisas equivalentes aos anos anteriores, apesar da redução do volume.

A constatação de que a redução brusca no volume das nossas exportações confere com o início da nova direção nos negócios do café, já não pode ser defendida como simples coincidência, pois somente a diminuição da nossa participação continua se acentuando, enquanto as demais regiões produtoras mantêm ou elevam as suas vendas.

Em contrapartida, as nossas safras, hipetrofiadas por desastrosos esquemas de embarques, cresceram acima de qualquer expectativa, para o que contribuiu certamente um comportamento excepcional do tempo, pródigo em chuvas oportunas. O crescimento das safras acima das previsões e das possibilidades normais, e mesmo naturais da área coberta com cafezais, parece também alertar para uma existência de cafeiros muito acima dos levantamentos apresentados e pediria maior atenção para um novo e rigoroso cadastramento da área plantada.

PANORAMA INTERNO E EXTERNO

A análise sensata do panorama interno e externo nos conduz às seguintes conclusões:

I — Internamente

a) A área de produção cresceu acima das possibilidades normais de absorção, com a agravante de ter se deslocado, em boa parte, para regiões de precária segurança contra prováveis e repetidas ocorrências climáticas desfavoráveis (geadas);

b) A produção das zonas mais favoráveis quanto à qualidade sofreu declínio acentuado pela ausência de uma política assistencial apropriada;

c) O teor das safras, não obstante volumosas, primou pela sua péssima qualidade;